

JOSÉ AFONSO DA SILVA

**CURSO DE DIREITO
CONSTITUCIONAL
POSITIVO**

45^a EDIÇÃO

Revista e atualizada

*até a Emenda Constitucional
n. 132, de 14.7.2023*



EDITORA
Jus **PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

MALHEIROS
EDITORES

1ª ed., 1976; 2ª ed., 1984; 3ª ed., 1985; 4ª ed., 1ª tir., 1987, 2ª tir., 1988;
5ª ed., 1989; 6ª ed., 1ª e 2ª tirs., 1990; 7ª ed., 1991; 8ª ed., 1992; 9ª ed.,
1ª tir., 1992, 2ª e 3ª tirs., 1993, 4ª tir., 1994; 10ª ed., 1995; 11ª e 12ª eds., 1996;
13ª e 14ª eds., 1997; 15ª ed., 1998; 16ª ed., 1999; 17ª e 18ª eds., 2000;
19ª ed., 2001; 20ª e 21ª eds., 2002; 22ª ed., 2003; 23ª ed., 2004; 24ª e
25ª eds., 2005; 26ª e 27ª eds., 2006; 28ª e 29ª eds., 2007; 30ª e 31ª eds., 2008;
32ª ed., 2009; 33ª ed., 2010; 34ª ed., 2011; 35ª ed., 2012; 36ª ed., 2013; 37ª ed., 2014;
38ª ed., 2015; 39ª ed., 2016; 40ª ed., 2017; 41ª ed., 2018; 42ª ed., 2019;
43ª ed., 2020; 44ª ed., 2022.



EDITORA
*Jus*PODIVM

MALHEIROS
EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: PC Editorial Ltda. (pceditorial@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

S586c Silva, José Afonso da.
Curso de Direito Constitucional Positivo / José Afonso da Silva – 45.ed., rev.,
atual. e ampl. / até a Emenda Constitucional n. 130, de 14.7.2023 – São Paulo:
Editora JusPodivm, 2024.

944 p. (Coedição Malheiros)

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-85-442-5048-8.

1. Direito Constitucional. 2. I. Silva, José Afonso da. II. Título.

CDD ???

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUIÇÃO*Capítulo I – Do Direito Constitucional*

1. Natureza e conceito.....	35
2. Objeto.....	36
3. Conteúdo científico.....	37

*Capítulo II – Da Constituição**I. CONCEITO, OBJETO E ELEMENTOS*

1. Conceito de constituição.....	39
2. Concepções sobre as constituições.....	40
3. Classificação das constituições.....	42
4. Objeto e conteúdo das constituições.....	45
5. Elementos das constituições.....	46

II. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

6. Rigidez e supremacia constitucional.....	47
7. Supremacia material e supremacia formal.....	47
8. Supremacia da Constituição Federal.....	48

III. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

9. Inconstitucionalidades.....	48
10. Inconstitucionalidade por ação.....	49
11. Inconstitucionalidade por omissão.....	49
12. Sistemas de controle de constitucionalidade.....	51
13. Critérios e modos de exercício do controle jurisdicional.....	52
14. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.....	52
15. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	54

IV. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

16. A questão constitucional.....	58
17. Finalidade e objeto da ação declaratória de constitucionalidade.....	59
18. Legitimação e competência para a ação.....	61

19. Efeitos da decisão da ação declaratória de constitucionalidade.....	62
<i>V. EMENDA À CONSTITUIÇÃO</i>	
20. Terminologia e conceito.....	63
21. Sistema brasileiro.....	65
22. Poder constituinte e poder reformador	66
23. Limitações ao poder de reforma constitucional	67
24. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	70

Capítulo III – Da Evolução Político-Constitucional do Brasil

<i>I. FASE COLONIAL</i>	
1. Capitanias hereditárias.....	71
2. Governadores-gerais.....	72
3. Fragmentação e dispersão do poder político na colônia.....	72
4. Organização municipal na colônia	74
5. Efeitos futuros	74
<i>II. FASE MONÁRQUICA</i>	
6. Brasil, Reino Unido a Portugal.....	74
7. Influência das novas teorias políticas e o movimento constitucional.	75
8. A Independência e o problema da unidade nacional.....	76
9. A Constituição imperial.....	76
10. Centralização monárquica	77
11. Mecanismo político do poder central.....	78
12. Os liberais e o ideal federalista.....	78
13. Vitória das forças republicano-federalistas	79
<i>III. FASE REPUBLICANA</i>	
14. Organização do regime republicano	79
15. A Constituição de 1891	80
16. A Revolução de 1930 e a questão social	83
17. A Constituição de 1934 e a ordem econômica e social	83
18. O Estado Novo.....	84
19. Redemocratização do país e a Constituição de 1946	85
20. Regime dos Atos Institucionais	88
21. A Constituição de 1967 e sua Emenda 1	88
22. A Nova República e a Constituição de 1988	90
23. O plebiscito, a revisão e emendas constitucionais	92

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Dos Princípios Constitucionais

1. Princípios e normas.....	93
2. Os princípios constitucionais positivos	94

3. Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais.....	95
4. Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional	97
5. Função e relevância dos princípios fundamentais.....	97

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro

I. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1. O País e o Estado brasileiros	99
2. Território e forma de Estado	100
3. Estado Federal: forma do Estado brasileiro	101
4. Forma de Governo: a República.....	104
5. Fundamentos do Estado brasileiro.....	106
6. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	107

II. PODER E DIVISÃO DE PODERES

7. O princípio da divisão de poderes.....	108
8. Poder político	109
9. Governo e distinção de funções do poder	109
10. Divisão de poderes.....	110
11. Independência e harmonia entre os poderes	112
12. Exceções ao princípio.....	114

III. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

13. Democracia e Estado de Direito	114
14. Estado de Direito	115
15. Estado Social de Direito.....	117
16. O Estado Democrático	119
17. Caracterização do Estado Democrático de Direito	121
18. A lei no Estado Democrático de Direito	123
19. Princípios e tarefa do Estado Democrático de Direito.....	124

Capítulo III – Do Princípio Democrático e Garantia dos Direitos Fundamentais

I. REGIME POLÍTICO

1. Conceito de regime político.....	126
2. Regime político brasileiro	128

II. DEMOCRACIA

3. Conceito de democracia	128
4. Pressupostos da democracia.....	129
5. Princípios e valores da democracia	132
6. O poder democrático e as qualificações da democracia.....	136
7. Conceito de povo e democracia	138
8. Exercício do poder democrático.....	139
9. Democracia representativa.....	140
10. O mandato político representativo.....	141

11. Democracia participativa	144
12. Democracia pluralista	146
13. Democracia e direito constitucional brasileiro	148

SEGUNDA PARTE

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS*Capítulo I – Formação Histórica Das Declarações De Direitos*

1. Generalidades	153
2. Antecedentes das declarações de direitos	153
3. Cartas e declarações inglesas	155
4. A Declaração de Virgínia.....	157
5. A Declaração Norte-Americana	159
6. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	161
7. A Declaração do Povo Trabalhador e Explorado.....	163
8. Universalização das declarações de direitos	165
9. Declaração de direitos nas constituições contemporâneas.....	170
10. Declaração de direitos nas constituições brasileiras.....	174

Capítulo II – Teoria dos Direitos Fundamentais do Homem

1. Inspiração e fundamentação dos direitos fundamentais	176
2. Forma das declarações de direitos.....	179
3. Conceito de direitos fundamentais.....	179
4. Natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais.....	183
5. Caracteres dos direitos fundamentais	184
6. Classificação dos direitos fundamentais.....	186
7. Integração das categorias de direitos fundamentais.....	188
8. Direitos e garantias dos direitos	190

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS*Capítulo I – Fundamentos Constitucionais*

1. Conceito de direito individual	194
2. Destinatários dos direitos e garantias individuais.....	195
3. Classificação dos direitos individuais	198
4. Direitos coletivos	199
5. Deveres individuais e coletivos.....	200

Capítulo II – Do Direito à Vida e do Direito à Privacidade

I. DIREITO À VIDA

1. A vida como objeto do direito	201
2. Direito à existência	202

3. Direito à integridade física.....	203
4. Direito à integridade moral.....	205
5. Pena de morte.....	205
6. Eutanásia	206
7. Aborto.....	207
8. Tortura.....	208

II. DIREITO À PRIVACIDADE

9. Conceito e conteúdo.....	210
10. Intimidade	210
11. Vida privada.....	212
12. Honra e imagem das pessoas	213
13. Privacidade e informática.....	213
14. Violação à privacidade e indenização	214

Capítulo III – Direito de Igualdade

1. Introdução ao tema	215
2. Igualdade, desigualdade e justiça.....	216
3. Isonomia formal e isonomia material.....	218
4. O sentido da expressão “igualdade perante a lei”	219
5. Igualdade de homens e mulheres	221
6. O princípio da igualdade jurisdicional	222
7. Igualdade perante a tributação	225
8. Igualdade perante a lei penal	227
9. Igualdade “sem distinção de qualquer natureza”	227
10. Igualdade “sem distinção de sexo e de orientação sexual”	228
11. Igualdade “sem distinção de origem, cor e raça”	228
12. Igualdade “sem distinção de idade”	230
13. Igualdade “sem distinção de trabalho”	230
14. Igualdade “sem distinção de credo religioso”	231
15. Igualdade “sem distinção de convicções filosóficas ou políticas”	231
16. O princípio da não discriminação e sua tutela penal	232
17. Discriminações e inconstitucionalidade	232

Capítulo IV – Direito de Liberdade

I. O PROBLEMA DA LIBERDADE

1. Liberdade e necessidade.....	235
2. Liberdade interna e liberdade externa	236
3. Conteúdo histórico da liberdade	237
4. O problema da conceituação	237
5. Liberdade e liberação.....	238
6. Liberdade e democracia	239

<i>II. LIBERDADE E LIBERDADES</i>	
7. Formas da liberdade	239
8. Liberdade de ação e legalidade	240
<i>III. LIBERDADE DA PESSOA FÍSICA</i>	
9. Noções e formas	241
10. Liberdade de locomoção	242
11. Liberdade de circulação	244
12. A segurança pessoal – Remissão	245
<i>IV. LIBERDADE DE PENSAMENTO</i>	
13. Conceito e formas de expressão	246
14. Liberdade de opinião	246
14.1 Escusa de consciência	247
14.2 Formas de expressão	248
15. Liberdade de comunicação	248
15.1 Noção e princípios	248
15.2 Liberdade de manifestação do pensamento	249
15.3 Liberdade de informação em geral	250
15.4 Liberdade de informação jornalística	251
15.5 Meios de comunicação	253
16. Liberdade religiosa	253
17. Liberdade de expressão intelectual, artística e científica e direitos conexos	258
18. Liberdade de expressão cultural	260
19. Liberdade de transmissão e recepção do conhecimento	261
<i>V. LIBERDADE DE AÇÃO PROFISSIONAL</i>	
20. Liberdade de escolha profissional: conceito e natureza	262
21. Acessibilidade à função pública	263
22. Regras de contenção	263
<i>VI. OS DIREITOS COLETIVOS</i>	
23. Direitos coletivos e liberdade de expressão coletiva	264
24. Direito à informação	265
25. Direito de representação coletiva	266
26. Direito de participação	267
27. Direito dos consumidores	268
28. Liberdade de reunião	269
29. Liberdade de associação	272
<i>VII. REGIME DAS LIBERDADES</i>	
30. Técnica de proteção das liberdades	274
31. Eficácia das normas constitucionais sobre as liberdades	274
32. Sistemas de restrições das liberdades individuais	275

<i>I. DIREITO DE PROPRIEDADE EM GERAL</i>	
1. Fundamento constitucional	276
2. Conceito e natureza	277
3. Regime jurídico da propriedade privada	278
4. Propriedade e propriedades	280
5. Propriedade pública	281
<i>II. PROPRIEDADES ESPECIAIS</i>	
6. Considerações gerais	281
7. Propriedade autoral	282
8. Propriedade de inventos, de marcas e de nome de empresas	284
9. Propriedade-bem de família	285
<i>III. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE</i>	
10. Conceito e classificação	285
11. Restrições	286
12. Servidões e utilização de propriedade alheia	286
13. Desapropriação e expropriação	287
<i>IV. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE</i>	
14. Questão de ordem	287
15. Conceito e natureza	288
16. Função social e transformação do regime de propriedade	289

TÍTULO III DIREITOS SOCIAIS

Capítulo I – Fundamentos Constitucionais dos Direitos Sociais

1. Ordem social e direitos sociais	291
2. Direitos sociais e direitos econômicos	292
3. Conceito de direitos sociais	292
4. Classificação dos direitos sociais	293

Capítulo II – Direitos Sociais Relativos aos Trabalhadores

<i>I. QUESTÃO DE ORDEM</i>	
1. Espécies de direitos relativos aos trabalhadores	294
<i>II. DIREITOS DOS TRABALHADORES</i>	
2. Destinatários	294
3. Direitos reconhecidos	296
4. Direito ao trabalho e garantia do emprego	296
5. Direitos sobre as condições de trabalho	299
6. Direitos relativos ao salário	300
7. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador	301
8. Proteção dos trabalhadores	302
9. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador	303
10. Participação nos lucros e gestão	304

III. DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES	307
11. Caracterização	307
12. Liberdade de associação ou sindical	308
12.1 Associação e sindicato	308
12.2 Liberdade e autonomia sindical	308
12.3 Participação nas negociações coletivas de trabalho	309
12.4 Contribuição sindical	310
12.5 Pluralidade e unicidade sindical	310
13. Direito de greve	311
14. Direito de substituição processual	312
15. Direito de participação laboral	312
16. Direito de representação na empresa	313

Capítulo III – Direitos Sociais do Homem Consumidor

<i>I. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À SEGURIDADE</i>	
1. Considerações gerais	314
2. Seguridade social	314
3. Direito à saúde	315
4. Direito à alimentação adequada	317
5. Direito à previdência social	318
6. Direito à assistência social	319
7. Vulnerabilidade social	319
<i>II. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA</i>	
8. Significação constitucional	319
9. Objetivos e princípios informadores da educação	320
10. Direito à educação	321
11. Direito à cultura	321
<i>III. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À MORADIA</i>	
12. Fundamento constitucional	322
13. Significação e conteúdo	322
14. Condição de eficácia	323
<i>IV. DIREITO AMBIENTAL</i>	
15. Direito ao lazer	324
16. Direito ao meio ambiente	324
<i>V. DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DOS IDOSOS</i>	
17. Proteção à maternidade e à infância	325
18. Direitos dos idosos	325

Título IV

DIREITO DE NACIONALIDADE

Capítulo I – Teoria do Direito de Nacionalidade

1. Conceito de nacionalidade	326
2. Natureza do direito de nacionalidade	327
3. Nacionalidade primária e nacionalidade secundária	328

4. Modos de aquisição da nacionalidade	328
5. O polipátrida e o "heimatlos"	329

Capítulo II – Direito de Nacionalidade Brasileira

1. Formação do povo brasileiro	332
2. Fonte constitucional do direito de nacionalidade	333
3. Os brasileiros natos	334
4. Os brasileiros naturalizados	339
5. Condição jurídica do brasileiro nato	339
6. Condição jurídica do brasileiro naturalizado	340
7. Perda da nacionalidade brasileira.....	340
8. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	341

Capítulo III – Condição Jurídica do Estrangeiro no Brasil

1. O estrangeiro	342
2. Especial condição jurídica dos portugueses no Brasil	342
3. Locomoção no território nacional	344
4. Aquisição e gozo dos direitos civis.....	345
5. Gozo dos direitos individuais e sociais.....	346
6. Não aquisição de direitos políticos.....	347
7. Asilo político	347
8. Extradicação	348
9. Expulsão.....	349
10. Deportação.....	350

TÍTULO V

DIREITO DE CIDADANIA

Capítulo I – Dos Direitos Políticos

1. Conceito e abrangência.....	351
2. Direitos políticos, nacionalidade e cidadania	352
3. Modalidades de direitos políticos.....	353
4. Aquisição da cidadania	353

Capítulo II – Dos Direitos Políticos Positivos

I. CONCEITO E INSTITUIÇÕES

1. Conceito	355
2. Instituições.....	355

II. DIREITO DE SUFRÁGIO

3. Conceito e funções do sufrágio	356
4. Formas de sufrágio.....	357
5. Natureza do sufrágio	362
6. Titulares do direito de sufrágio.....	362
7. Capacidade eleitoral ativa.....	363
8. Exercício do sufrágio: o voto	363
9. Natureza do voto.....	364
10. Caracteres do voto.....	365

11. Organização do eleitorado.....	370
12. O corpo eleitoral	372
13. Elegibilidade e condições de elegibilidade.....	373
14. Os eleitos e o mandato político – Remissão	374

III. SISTEMAS ELEITORAIS

15. As eleições.....	375
16. Reeleição	376
17. O sistema majoritário.....	377
18. O sistema proporcional	378
19. O sistema misto.....	383

IV. PROCEDIMENTO ELEITORAL

20. Noção e fases	385
21. Apresentação das candidaturas	385
22. O escrutínio	386
23. O contencioso eleitoral.....	386

Capítulo III – Dos Direitos Políticos Negativos

I. SIGNIFICADO

1. Conceito	387
2. Conteúdo	387
3. Interpretação	388

II. PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

4. Modos de privação dos direitos políticos.....	388
5. Perda dos direitos políticos.....	389
6. Suspensão dos direitos políticos	390
7. Competência para decidir sobre perda e suspensão de direitos políticos	392

III. REAQUISIÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

8. Condições de re aquisição dos direitos políticos.....	392
9. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	393
10. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	393

IV. INELEGIBILIDADES

11. Conceito de inelegibilidade	394
12. Objeto e fundamentos das inelegibilidades	394
13. Eficácia das normas sobre inelegibilidades.....	395
14. Inelegibilidades absolutas e relativas	396
15. Desincompatibilização.....	398

Capítulo IV – Dos Partidos Políticos

I. IDEIA DE PARTIDO POLÍTICO

1. Noção de partido político.....	400
2. Origem e evolução dos partidos	400
3. Sistemas partidários	403
4. Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos. Controles...	404

5. Função dos partidos e partido de oposição.....	406
6. Natureza jurídica dos partidos.....	408
<i>II. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA</i>	
7. Liberdade partidária	409
8. Condicionamentos à liberdade partidária.....	410
9. Autonomia e democracia partidária.....	411
10. Disciplina e fidelidade partidária	412
11. Sistema de controles dos partidos brasileiros.....	413
<i>III. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</i>	
12. Partidos e elegibilidade	414
13. Partido e exercício do mandato.....	415
14. Sistema partidário e sistema eleitoral.....	415

TÍTULO VI

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS*Capítulo I – Direitos e suas Garantias*

1. Garantia dos direitos.....	418
2. Garantias constitucionais dos direitos	418
3. Confronto entre direitos e garantias: a lição de Ruy Barbosa	419
4. Classificação das garantias constitucionais.....	423

*Capítulo II – Garantias Constitucionais Individuais**I. BASES CONSTITUCIONAIS*

1. Conceito	425
2. Classificação	425

II. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

3. Conceito e fundamento constitucional	426
4. Lei e a expressão “em virtude de lei”	427
5. Legalidade e reserva de lei.....	428
6. Legalidade e legitimidade.....	430
7. Legalidade e poder regulamentar.....	431
8. Legalidade e atividade administrativa.....	433
9. Legalidade tributária.....	434
10. Legalidade penal	435
11. Princípios complementares do princípio da legalidade.....	435
12. Controle de legalidade.....	436

III. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA

13. Fundamento	436
14. Monopólio judiciário do controle jurisdicional	437
15. Direito de ação e de defesa.....	437
16. Direito ao devido processo legal.....	437
17. Direito a uma duração razoável do processo.....	438

IV. ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS

18. Segurança das relações jurídicas.....	439
---	-----

19. Direito adquirido.....	440
20. Ato jurídico perfeito.....	441
21. Coisa julgada.....	442
<i>V. DIREITO À SEGURANÇA</i>	
22. Considerações gerais.....	443
23. Segurança do domicílio.....	443
24. Segurança das comunicações pessoais.....	444
25. Segurança em matéria penal.....	444
26. Segurança em matéria tributária.....	447
<i>VI. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS</i>	
27. Remédios, ações e garantias.....	448
28. Direito de petição.....	448
29. Direito a certidões.....	450
30. “Habeas corpus”.....	450
31. Mandado de segurança individual.....	452
32. Mandado de injunção.....	454
33. “Habeas data”.....	459
<i>Capítulo III – Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos</i>	
<i>I. GENERALIDADES</i>	
1. Colocação do tema.....	464
<i>II. GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS</i>	
2. Esclarecimentos prévios.....	464
3. Mandado de segurança coletivo.....	465
4. Mandado de injunção coletivo.....	468
5. Ação popular.....	468
<i>III. GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS</i>	
6. Normatividade dos direitos sociais.....	471
7. Tutela jurisdicional dos hipossuficientes.....	472
8. Sindicalização e direito de greve.....	472
9. Decisões judiciais normativas.....	472
10. Garantias de outros direitos sociais.....	473
<i>IV. GARANTIA DOS DIREITOS POLÍTICOS</i>	
11. Definição do tema – Remissão.....	473
12. Eficácia dos direitos fundamentais.....	473

TERCEIRA PARTE

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

TÍTULO I
DA ESTRUTURA BÁSICA DA FEDERAÇÃO

Capítulo I – Das Entidades Componentes da Federação Brasileira

1. Questão de ordem.....	477
--------------------------	-----

2. Componentes do Estado Federal	477
3. Brasília	478
4. A posição dos Territórios.....	479
5. Formação dos Estados	479
6. Os Municípios na federação	480
7. Vedações constitucionais de natureza federativa.....	482

Capítulo II – Da Repartição de Competências

1. O problema da repartição de competências federativas	483
2. O princípio da predominância do interesse.....	484
3. Técnicas de repartição de competências	484
4. Sistema da Constituição de 1988.....	485
5. Classificação das competências	485
6. Sistema de execução de serviços.....	488
7. Gestão associada de serviços públicos.....	489

Capítulo III – Da Intervenção nos Estados e nos Municípios

<i>I. AUTONOMIA E INTERVENÇÃO</i>	
1. Autonomia e equilíbrio federativo.....	490
2. Natureza da intervenção	490
<i>II. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL</i>	
3. Pressupostos de fundo da intervenção. Casos e finalidades	491
4. Pressupostos formais. O ato de intervenção: limites e requisitos.....	492
5. Controle político e jurisdicional da intervenção.....	494
6. Cessação da intervenção: consequências	494
7. O interventor. Responsabilidade civil.....	495
<i>III. INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS</i>	
8. Fundamento constitucional	496
9. Motivos para a intervenção nos Municípios	496
10. Competência para intervir	497

**TÍTULO II
DO GOVERNO DA UNIÃO**

Capítulo I – Da União como Entidade Federativa

<i>I. NATUREZA DA UNIÃO</i>	
1. Significado e conceito de União	498
2. União federal e Estado federal	499
3. Posição da União no Estado federal	499
4. União e pessoa jurídica de Direito Internacional	500
5. União como pessoa jurídica de direito interno.....	501
6. Bens da União	501
<i>II. COMPETÊNCIAS DA UNIÃO</i>	
7. Noção e classificação.....	502

8. Competência internacional e competência política.....	502
9. Competência administrativa.....	503
10. Competência na área de prestação de serviços.....	504
11. Competência em matéria urbanística.....	505
12. Competência econômica.....	506
13. Competência social.....	506
14. Competência financeira e monetária.....	507
15. Competência material comum	507
16. Competência legislativa.....	508

III. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DA UNIÃO

17. Poderes da União.....	511
18. Sistema de governo	511

Capítulo II – Do Poder Legislativo

I. ORGANIZAÇÃO

1. O Congresso Nacional	515
2. A Câmara dos Deputados	516
3. O Senado Federal.....	517
4. Organização interna das Casas do Congresso	518
5. Comissão representativa	523

II. FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

6. Funcionamento do Congresso Nacional.....	523
7. Atribuições do Congresso Nacional	527
8. Atribuições privativas da Câmara dos Deputados	528
9. Atribuições privativas do Senado Federal.....	528
10. Convocação e comparecimento de Ministros	530

III. PROCESSO LEGISLATIVO

11. Conceito e objeto.....	531
12. Atos do processo legislativo.....	532
13. Procedimentos legislativos	537

IV. ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

14. Conteúdo	542
15. Prerrogativas	542
16. Direitos: subsídio	545
17. Incompatibilidades.....	546
18. Perda do mandato	548

Capítulo III – Do Poder Executivo

1. Noção e formas	551
2. Chefe de Estado e Chefe de Governo.....	551

3. Eleição e mandato do Presidente da República.....	552
4. Substitutos e sucessores do Presidente	554
5. Subsídios	555
6. Perda do mandato do Presidente e do Vice	556
7. Atribuições do Presidente da República.....	557
8. Classificação das atribuições do Presidente da República.....	558
9. Responsabilidade do Presidente da República.....	559

Capítulo IV – Do Poder Judiciário

I. JURISDIÇÃO

1. A função jurisdicional.....	562
2. Jurisdição e legislação	563
3. Jurisdição e administração	564
4. Órgãos da função jurisdicional	565

II. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

5. Jurisdição constitucional, guarda da Constituição e Corte Constitucional.....	566
6. Composição do STF.....	568
7. Competência.....	568
8. Descumprimento de preceito constitucional fundamental	571

III. SÚMULAS VINCULANTES

9. Súmulas vinculantes, súmulas impeditivas de recursos e efeito vinculante	572
10. Súmulas vinculantes e assentos da jurisprudência.....	573
11. Disciplina das súmulas vinculantes	574
12. Súmulas impeditivas de recurso.....	575
13. Efeito vinculante	576

IV. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

14. Controle externo do Poder Judiciário.....	577
15. Composição do Conselho.....	577
16. Funcionamento	578
17. Competência.....	579
18. Ouvidorias	580

V. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

19. Composição	580
20. Competência.....	581
21. Conselho da Justiça Federal.....	583

VI. JUSTIÇA FEDERAL

22. Seus órgãos	583
23. Tribunais Regionais Federais.....	584

24. Juízes Federais.....	585
<i>VII. JUSTIÇA DO TRABALHO</i>	
25. Organização.....	588
26. Competência.....	589
27. Recorribilidade das decisões do TST.....	590
<i>VIII. JUSTIÇA ELEITORAL</i>	
28. Organização e competência.....	591
29. Recorribilidade de suas decisões.....	592
<i>IX. JUSTIÇA MILITAR</i>	
30. Composição.....	592
31. Competência.....	593
<i>X. JUIZADOS ESPECIAIS E DE PAZ</i>	
32. Juizados especiais.....	593
33. Justiça de paz.....	593
<i>XI. ESTATUTO DA MAGISTRATURA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO</i>	
34. Princípios estatutários da magistratura.....	594
35. Espécies de garantias do Judiciário.....	598
36. Garantias institucionais do Judiciário.....	598
37. Garantias funcionais do Judiciário.....	600
38. Mecanismos de aceleração dos processos.....	602
39. Escolas de magistrados.....	603
<i>Capítulo V – Das Funções Essenciais à Justiça</i>	
<i>I. FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA</i>	
1. “Nemo iudex sine actore”.....	604
2. Carreiras jurídicas e isonomia concreta.....	605
<i>II. O ADVOGADO</i>	
3. Uma profissão.....	605
4. O advogado e a administração da justiça.....	606
5. Inviolabilidade.....	607
<i>III. O MINISTÉRIO PÚBLICO</i>	
6. Natureza e princípios institucionais.....	607
7. Estrutura orgânica.....	609
8. Garantias.....	611
9. Funções institucionais.....	612
10. Conselho Nacional do Ministério Público.....	613
<i>IV. A ADVOCACIA PÚBLICA</i>	
11. Advocacia-Geral da União.....	615
12. Representação das unidades federadas – Remissão.....	616

<i>V. A DEFENSORIA PÚBLICA</i>	
13. Defensorias Públicas e a defesa dos necessitados	616
14. Princípios	617

TÍTULO III

DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL*Capítulo I – Dos Estados Federados*

<i>I. FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS</i>	
1. Autonomia dos Estados.....	620
2. Auto-organização e Poder Constituinte Estadual	621
3. Formas de expressão do Constituinte Estadual	622
4. Limites do Poder Constituinte dos Estados	623
5. Princípios constitucionais sensíveis.....	624
6. Princípios constitucionais estabelecidos.....	625
7. Interpretação dos princípios limitadores da capacidade organizadora dos Estados	629
<i>II. COMPETÊNCIAS ESTADUAIS</i>	
8. Questão de ordem	629
9. Competências reservadas aos Estados.....	630
10. Competências vedadas aos Estados	630
11. Competência exclusiva especificada	631
12. Competências estaduais comuns e concorrentes	631
13. Competências estaduais materiais.....	632
14. Competência legislativa.....	634
<i>III. ORGANIZAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS</i>	
15. Esquema constitucional.....	634
16. Poder Legislativo estadual.....	634
17. Poder Executivo estadual.....	639
18. Poder Judiciário estadual	643
19. Funções essenciais à Justiça estadual	646
<i>IV. CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL</i>	
20. Considerações gerais.....	648
21. Elementos limitativos.....	649
22. Elementos orgânicos	649
23. Elementos socioideológicos	650
24. Conclusão.....	650

Capítulo II – Dos Municípios

<i>I. POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO</i>	
1. Fundamentos constitucionais	651
2. Município, entidade federada?	652

<i>II. AUTONOMIA MUNICIPAL</i>	
3. Base constitucional da autonomia municipal	652
4. Capacidade de auto-organização municipal.....	654
5. Lei Orgânica própria.....	654
6. Competências municipais	655
<i>III. GOVERNO MUNICIPAL</i>	
7. Poderes municipais	656
8. Poder Executivo municipal.....	657
9. Poder Legislativo municipal.....	658
10. Subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores	660

Capítulo III – Do Distrito Federal

<i>I. PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS</i>	
1. Natureza.....	662
2. Autonomia	662
3. Auto-organização	663
4. Competências.....	663
<i>II. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</i>	
5. Poder Legislativo.....	664
6. Poder Executivo.....	664
7. Poder Judiciário	665
8. Funções essenciais à Justiça no Distrito Federal.....	666

TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I – Estruturas Básicas da Administração Pública

<i>I. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</i>	
1. Noção de Administração.....	667
2. Organização da Administração.....	668
3. Administração direta, indireta e fundacional	668
<i>II. ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL</i>	
4. Natureza e posição	670
5. Os Ministros no parlamentarismo e no presidencialismo	670
6. Atribuições dos Ministros	671
7. Condições de investidura no cargo	671
8. Responsabilidade dos Ministros	672
9. Juízo competente para processar e julgar os Ministros.....	672
10. Os Ministérios	672
<i>III. CONSELHOS</i>	
11. Generalidades	673
12. Conselho da República	674

13. Conselho de Defesa Nacional	675
14. Conselho de Comunicação Social	675
<i>IV. ÓRGÃOS SUPERIORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS</i>	
15. Organização administrativa de Estados e Municípios	676
16. Secretários de Estado	676
17. Órgãos superiores municipais.....	676
<i>V. REGIÕES</i>	
18. Regiões e microrregiões.....	677
19. Organismos regionais	677
20. Regionalização orçamentária.....	678
21. Regiões metropolitanas	678

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública

1. Colocação do tema	680
2. Princípios da legalidade e da finalidade.....	681
3. Princípio da impessoalidade	681
4. Princípio da moralidade e da probidade administrativas	682
5. Princípio da publicidade	683
6. Princípio da eficiência	685
7. Princípio da licitação pública.....	686
8. Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos.....	687
9. Princípio da responsabilidade civil da Administração	688
10. Princípio da participação.....	689
11. Princípio da autonomia gerencial.....	690

Capítulo III – Dos servidores públicos

I. AGENTES ADMINISTRATIVOS

1. Agentes políticos e administrativos	691
2. Acessibilidade à função administrativa.....	692
3. Investidura em cargo ou emprego.....	693
4. Contratação de pessoal temporário.....	695
5. Sistema remuneratório dos agentes públicos	696
6. Acréscimos pecuniários e regras de sua singeleza.....	701
7. Isonomia, paridade, vinculação e equiparação de vencimentos.....	701
8. Vedação de acumulações remuneradas.....	703
9. Servidor investido em mandato eletivo.....	704

II. SERVIDORES PÚBLICOS

10. Execução de serviços na Federação e organização do funcionalismo	705
11. Direitos previdenciários dos servidores públicos.....	706
12. Efetividade e estabilidade	711
13. Vitaliciedade.....	713

14. Sindicalização e greve de servidores públicos.....	713
15. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores	715
<i>III. DOS MILITARES</i>	
16. Conceito	716
17. Direitos e garantias constitucionais dos servidores militares	717
18. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores militares.....	720

TÍTULO V
**BASES CONSTITUCIONAIS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional

<i>I. DISPOSIÇÕES GERAIS DA TRIBUTAÇÃO</i>	
1. Questão de ordem	721
2. Componentes	722
3. Empréstimo compulsório.....	722
4. Contribuições sociais	723
5. Normas de prevenção de conflitos tributários	724
6. Elementos do sistema tributário nacional	727
<i>II. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR</i>	
7. Poder de tributar e suas limitações	727
8. Princípios constitucionais da tributação e sua classificação	728
<i>III. DISCRIMINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS</i>	
9. Natureza e conceito	735
10. Sistema discriminatório brasileiro	736
<i>IV. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS POR FONTES</i>	
11. Atribuição constitucional de competência tributária	737
12. Competência tributária da União	738
13. Competência tributária dos Estados.....	742
14. Competência tributária dos Municípios	745
<i>V. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS PELO PRODUTO</i>	
15. Repartição de receitas e federalismo cooperativo	747
16. Técnicas de repartição da receita tributária	747
17. Normas de controle e disciplina da repartição de receita tributária ..	749

Capítulo II – Das Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário

<i>I. NORMAS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS</i>	
1. Colocação do tema	751
2. Normas gerais.....	751
3. Função do Banco Central	752

<i>II. ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS</i>	
4. Instrumentos normativos do sistema orçamentário	752
5. Orçamento-programa	754
<i>III. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS</i>	
6. Conteúdo dos orçamentos	755
7. Formulação dos princípios orçamentários	756
8. O princípio da exclusividade.....	756
9. O princípio da programação.....	757
10. O princípio do equilíbrio orçamentário.....	757
11. O princípio da anualidade	759
12. O princípio da unidade	760
13. O princípio da universalidade.....	761
14. O princípio da legalidade.....	762
15. Princípios da não vinculação e da quantificação dos créditos orçamentários	762
<i>IV. ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS</i>	
16. Leis orçamentárias.....	764
17. Processo de formação das leis orçamentárias	764
18. Rejeição do projeto de orçamento anual e suas consequências	766

Capítulo III – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

<i>I. FISCALIZAÇÃO E SISTEMAS DE CONTROLE</i>	
1. A função de fiscalização	768
2. Formas de controle.....	769
3. O sistema de controle interno.....	770
4. O sistema de controle externo	771
<i>II. TRIBUNAIS DE CONTAS</i>	
5. Instituição do Tribunal de Contas da União.....	772
6. Organização e atribuições do Tribunal de Contas da União.....	773
7. Participação popular	776
8. Tribunais de Contas estaduais e municipais.....	776
9. Natureza do controle externo e do Tribunal de Contas.....	777
10. Prestação de contas	778

Título VI
**DA DEFESA DO ESTADO
E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS**

Capítulo I – Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio

<i>I. SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES</i>	
1. Defesa do Estado e compromissos democráticos.....	779
2. Defesa das instituições democráticas	780

3. Tipos de estados de exceção vigentes	782
<i>II. ESTADO DE DEFESA</i>	
4. Defesa do Estado e estado de defesa.....	782
5. Pressupostos e objetivo.....	783
6. Efeitos e execução do estado de defesa.....	784
7. Controles.....	784
<i>III. ESTADO DE SÍTIO</i>	
8. Pressupostos, objetivos e conceito	786
9. Efeitos do estado de sítio.....	788
10. Controles do estado de sítio.....	789
<i>Capítulo II – Das Forças Armadas</i>	
1. Destinação constitucional.....	790
2. Instituições nacionais permanentes.....	791
3. Hierarquia e disciplina	792
4. Componentes das Forças Armadas	793
5. Fixação e modificação dos efetivos das Forças Armadas.....	793
6. A obrigação militar.....	793
7. Organização militar e seus servidores	795
<i>Capítulo III – Da Segurança Pública</i>	
1. Polícia e segurança pública	796
2. Organização da segurança pública.....	798
3. Polícias federais	799
4. Polícias estaduais.....	800
5. Polícias penais.....	801
6. Guardas municipais.....	801
7. Segurança viária.....	801

QUARTA PARTE

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

TÍTULO I

DA ORDEM ECONÔMICA

Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

I. BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA

1. Questão de ordem	805
2. Constitucionalização da ordem econômica.....	806
3. Elementos socioideológicos	807
4. Fundamento e natureza da ordem econômica instituída	808
5. Fim da ordem econômica.....	808

II. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SEUS PRINCÍPIOS

6. Ideia de constituição econômica	810
7. Princípios da constituição econômica formal	811
8. Soberania nacional econômica	812
9. Liberdade de iniciativa econômica	813
10. Livre concorrência e abuso do poder econômico	815
11. Princípios de integração	816
12. Empresa brasileira e capital estrangeiro	817

III. ATUAÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO

13. Capitalismo, socialismo e estatismo	820
14. Serviço público e atividade econômica estatal	821
15. Modos de atuação do Estado na economia	824
16. Exploração estatal de atividade econômica.....	824
17. Monopólios.....	825
18. Intervenção no domínio econômico	827
19. Planejamento econômico.....	829

Capítulo II – Das Propriedades na Ordem Econômica

1. O princípio da propriedade privada	832
2. Propriedade dos meios de produção e propriedade socializada	832
3. Função social da empresa e condicionamento à livre iniciativa	834
4. Propriedade de interesse público.....	835
5. Propriedade do solo, do subsolo e de recursos naturais.....	835
6. Propriedade de embarcações nacionais.....	836
7. Política urbana e propriedade urbana	836
8. Propriedade rural e reforma agrária	839

Capítulo III – Do Sistema Financeiro Nacional

1. Generalidades	845
2. As alterações da EC-40/2003	845
3. Lei complementar e recepção constitucional	846
4. Sentido e objetivos.....	847
5. Participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras	847
6. Cooperativas de crédito.....	848

**TÍTULO II
DA ORDEM SOCIAL**

Capítulo I – Introdução à Ordem Social

1. Considerações gerais.....	849
2. Base e objetivo da ordem social.....	849
3. Conteúdo e princípios da ordem social	849

Capítulo II – Da Seguridade Social

1. Conteúdo, princípios e financiamentos da seguridade social.....	851
2. Saúde	852
3. Previdência social.....	854
4. Assistência social	858

Capítulo III –Da Ordem Constitucional da Cultura

1. Questão de ordem	859
2. Educação	859
3. Princípios básicos do ensino.....	860
4. Autonomia universitária	861
5. Ensino público.....	862
6. Ensino pago e ensino gratuito	864
7. Cultura e direitos culturais	866
8. Desporto.....	869
9. Ciência e tecnologia.....	869
10. Comunicação social.....	870
11. Meio ambiente.....	871

Capítulo IV – Da Família, da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa

1. A família.....	874
2. Tutela da criança, do adolescente e do jovem.....	875
3. Tutela dos idosos	876

Capítulo V – Dos Índios

1. Fundamentos constitucionais dos direitos indígenas.....	877
2. Organização social dos índios: comunidade, etnia e nação.....	877
3. Direitos sobre as terras indígenas	880
4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	881
5. O indigenato.....	883
6. Posse permanente.....	885
7. Usufruto exclusivo	886
8. Mineração em terras indígenas	886
9. Demarcação das terras indígenas	887
10. Defesa dos direitos e interesses dos índios.....	887

QUINTA PARTE

CONCLUSÃO GERAL

<i>Capítulo Único</i>	891
BIBLIOGRAFIA CITADA	893
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	923